

O CORPO DA MULHER NO PERÍODO COLONIAL: ALGUMAS REFLEXÕES

THE WOMAN'S BODY IN THE COLONIAL PERIOD: SOME REFLECTIONS ON THE SUBJECT

EL CUERPO DE LA MUJER EN EL PERIODO COLONIAL: ALGUNAS REFLEXIONES

ESTELINA SOUTO DO NASCIMENTO
ANAMARIA VAZ DE ASSIS MEDINA
CLÁUDIA DIAS DE LACERDA TEIXEIRA

Resumo

Este estudo fundamenta-se na análise de obras raras, relativas ao período colonial, existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e da literatura contemporânea referente ao cotidiano da mulher, suas condições de vida e saúde. As informações obtidas permitem a descrição de saberes, crenças e práticas relativas ao corpo feminino. A análise indica que a mulher, por sua condição de reprodutora, vivenciava as funções de menstruar, gerar, dar à luz e amamentar. Enfim, pode-se dizer que o Brasil colonial herdou das tradições portuguesas, em comum acordo entre a Igreja Católica, o Estado e a Medicina, um discurso moralizador sobre o corpo da mulher. Vigiado pelos olhos atentos de tantos protetores - Estado, Igreja, homens e sociedade -, o corpo da mulher não possuía outra tarefa senão a de preencher ordenadamente os vazios demográficos da colônia.

Palavras-chaves: História da enfermagem, Saúde da mulher, Corpo humano

Este texto apresenta parte dos achados até agora obtidos mediante a investigação que está sendo realizada sobre o cotidiano e a saúde da mulher no período colonial, nos séculos XVI e XVII. Fundamenta-se na análise de algumas obras raras, relativas ao período investigado, existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e da literatura contemporânea referente ao cotidiano da mulher, suas condições de vida e saúde. No mencionado material, as informações obtidas permitem a descrição de saberes, crenças e práticas relativas ao corpo feminino, no período estudado.

Introdução

As ações da vida cotidiana, desde as domésticas e menos abrangentes até as públicas e de maior visibilidade, trazem envoltas, na tessitura de sua trama, a questão da corporeidade. O corpo interage com o mundo e produz sentido, inserindo o ser humano em um espaço social e cultural: o corpo é, portanto, construção social e cultural. Ao mesmo tempo em que, com seu corpo, o indivíduo produz sentido, também integra a rede de sentidos do grupo do qual faz parte.

Parte de um conjunto social, em um determinado tempo e espaço, ocupa uma posição e tem uma situação biográfica; da mesma forma, passa por um processo de experiência corporal

própria, que, ao mesmo tempo, pertence, também, ao seu grupo, é própria do seu tempo e do seu espaço. O ser humano assimila formas de relação do corpo com o mundo impostas por estilos de vida, papéis assumidos ao longo da existência. Tais experiências se imprimem no corpo, externa e internamente, além de determinarem formas de sentir, perceber, aparecer, mostrar, ver e tocar, as quais indicam as relações entre os indivíduos, o ser humano e o mundo, o masculino e o feminino.

O corpo é o lugar visível da diferenciação entre homem e mulher. No corpo feminino, encontram-se impressas práticas e discursos sobre o cotidiano e a saúde. É, pois, nesse corpo que se foi buscar um pouco mais de compreensão sobre as práticas e os discursos relativos ao período colonial brasileiro.

Deve-se lembrar que o início da colonização brasileira foi marcado por crenças, superstições e conhecimentos médicos até certo ponto embrionários, cultivados na Europa e oriundos do período medieval, os quais aqui se contrapuseram e se somaram, num movimento ambíguo e contraditório de atração e repulsão. A vida cotidiana, na visão européia, era marcada pelos desígnios do céu, pela interferência do inferno e por poderes de origem mágica, aspectos que encontraram ressonância na nascente cultura brasileira. Os médicos da época encarnavam esse poder mágico, sendo Galeno o autor mais

* Enfermeira, doutora em Educação, coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Cotidiano em Saúde - NUPEQS-MG: Avenida Alfredo Balena, 190, Caixa Postal 1556, CEP 31130-100, Belo Horizonte, Minas Gerais.

** Graduada em História e em Ciências Sociais, mestre em Ciência Política, diretora da A&M Consultores Associados Ltda. E-mail: aimcons@net.em.com.br.

*** Aluna do curso de Enfermagem da UFMG, bolsista de iniciação científica - FAPEMIG e PRPq/UFMG.

presente. Para Chagas, por exemplo, "médico e mágico foram Girolano Cardano e muitos outros"⁽¹⁾.

Segundo Berriot-Salvatore, é Paul d'Aegine, no século V, quem funda os princípios de uma Medicina feminina, ligada a conhecimentos precisos de anatomia. No início do século XV, já havia os fundamentos teóricos de uma Medicina da mulher; todavia, não existiam, ainda, métodos nem palavras para definir a especificidade feminina, "o útero resta uma cavidade misteriosa e inexplorada"⁽²⁾.

Para Galeno, as partes geradoras da mulher eram as mesmas do homem, porém invertidas. O homem era considerado o modelo de ser humano. Assim, o corpo da mulher, da mesma forma que não era dotado de uma especificidade anatômica, não possuía vocabulário preciso e específico que o designasse. O temperamento frio e úmido - pensamento oriundo de Galeno - próprio das mulheres era a causa de seu espírito superficial e leve, às vezes depressivo e sentimental. Essa visão justificava as concepções vigentes sobre o corpo e ditava imposições morais e comportamentais sobre o corpo feminino.

No Brasil, segundo Buarque de Holanda, nos três séculos iniciais da colonização não houve desenvolvimento - sequer formação - de uma ciência médica nacional: "A medicina praticada e exercida nessa fase, como também no século XIX, refletiu apenas, no que pôde, a súpula de noções, idéias e preceitos em voga nos centros europeus, dos quais proveio"⁽³⁾.

Segundo o autor, só se pode falar de uma Medicina brasileira a partir do século XX. Para Herson⁽⁴⁾, a existência de Medicina no Brasil (não uma Medicina brasileira) ocorreu a partir de 1532, isto é, após ter havido interesse por parte de outros países europeus. Para essa Medicina, que ainda vivia a atmosfera reinante na Idade Média, o corpo da mulher, coberto de pudores, era um mistério. Medicina e Igreja, aliadas e por caminhos diversos, tentavam desvendar (ou velar) os mistérios próprios dele. Ambas buscavam ter acesso à intimidade da população feminina; a primeira, cuidando do corpo, e a segunda, da alma. De certo modo, a Igreja exercia a Medicina: não com drogas, mas com "remédios espirituais"⁽⁵⁾. Franco, ao considerar que corpo e alma são inseparáveis, escreve um livro dirigido aos confessores para que possam curar algumas doenças. Para ele, são também médicos:

"...ser médico quer dizer um sujeito que examina seu enfermo com cuidado, combina com atenção as circunstâncias da culpa, julga da sua causa com inteireza, ensina com brandura tudo quanto o penitente deve fazer para evitar seus pecados, prescreve os remédios necessários para os curar, e mesmo procura com afeto estes remédios - e eis aqui exercitado com o ofício de médico também o de juiz, de doutor e de pai"⁽⁶⁾.

Segundo ele, o confessor podia exercer a Medicina, porém o contrário não era verdadeiro. Diz ele:

"Ora que a alegria do coração seja uma panacéia geral para a conservação da vida e saúde, não há médico algum que o não tenha lido em todos os autores da medicina e que deixe de a

aconselhar a seus enfermos; porém, qual seja o remédio seguro e infalível para conseguirmos esta alegria, podemos todos dizer que é a confissão, porém ninguém o pode ministrar senão os senhores confessores"⁽⁶⁾.

É possível perceber que o objeto de análise desta pesquisa mostra-se revestido de ambigüidade, bem como de fugacidade, o que lhe confere profundo poder de atração e sedução, por um lado; por outro, deixa a sensação de se estar pisando em terreno movediço.

Análises iniciais indicam que a mulher, por sua condição de reprodutora, vivenciava, em seu corpo, as funções de mensurar, gerar, dar à luz e amamentar. No período considerado, ela exercia atividades relativas a atenção à saúde da família (papel até hoje mantido) e, em nome da solidariedade e da religiosidade, dedicava-se também à saúde da comunidade. Para este estudo, foram estabelecidos seis ângulos de reflexão, segundo o propósito de seu objeto, buscando descrever maneiras de abordar a temática escolhida: a) corpo, rubrica moral e social; b) corpo como santuário do estranho; c) corpo reprodutivo; d) corpo aparência; e) corpo santo; f) corpo patrimônio da família. Corpo, rubrica moral e social

Nas sociedades em geral, apesar de seus diferentes focos, a moral é imposta por meio do corpo, pois ele é o mediador, o elo de ligação e contato entre o ser humano e o mundo. Assim, sofre violência, contenção e coerção. No caso da mulher, as tensões sob as quais vivia eram ocupadas, em seus interstícios, por fendas que deixavam entrever uma silenciosa resistência, apontando para outra dinâmica, distinta da simples submissão.

O gestual, como forma de aquiescer ou de negar, coloca em evidência tal questão. O gesto dá passagem ao contato ou o repele. No encontro entre homem e mulher, o movimento que acompanha a expressão da fala ganha forma no rosto, nas mãos, enfim, no corpo. Graça e beleza (atributos femininos), em detrimento da força física (atributo masculino), colocam em jogo o corpo e dão indício de valores morais. O homem era o protetor viril, que guardava a mulher tanto na esfera familiar quanto fora dela. A mulher, por sua vez, no contato com objetos e homens, obedecia a movimentos delicados, inspirados na docilidade, aparentando obediência: quando encarada, não olhava de frente, abaixava os olhos ou cobria o rosto com as mãos; postava-se, com freqüência, atrás do homem. Essa delicadeza deveria estar presente também na fala. "Fale a mulher discreta o necessário, brando, a tempo, com tom que baste para ser ouvida pela pessoa a quem fala e não as outras"⁽⁷⁾.

A referida diferença, centrada no gestual e na fala, pode, à primeira vista, indicar posição subalterna da mulher. Tal não é, contudo, a visão de Franco, quando diz: "O homem forte, imperioso e dominador é quase sempre governado pela mulher fraca e dependente por meio de dotes, com que ressarcia, estabelecendo deste modo o equilíbrio harmônico, que distintamente se observa em todas as suas obras"⁽⁸⁾.

Essa capacidade de domínio, segundo o autor, origina-se no corpo da mulher. Nele, predomina o sistema linfático, assim como se observa a ação exacerbada do sistema nervoso, o que

a predispõe a doenças que não são comuns nos homens. Tais moléstias eram classificadas como de debilidade, sendo, em geral, silenciosas, o que exigia atenção redobrada do clínico. A diferenciação se faz sentir, em especial, nos órgãos sexuais, notadamente no útero ou, como se dizia na época, na madre - responsável não só por quase todos os males que acometiam a mulher, como também pela sua docilidade e afetividade. Por sua sensibilidade, ternura e carinho, a mulher conquistava o homem e amainava seu caráter rude e, "quase sem ele sentir, artificialmente o domina, fazendo assim a doçura da vida social"⁽⁸⁾.

Para o autor, era dotada de uma "entranha por extremo ativa a qual com singular energia reage sobre todo o corpo, e principalmente sobre o peito, e as entranhas abdominais". Essa entranha ativa (o útero) agia, pois, sobre toda a máquina, modificando-a tanto física quanto moralmente. O autor entende como moral "tudo que diz respeito às funções, e particulares afecções da nossa alma" e, como físico, "a recíproca encadeação de todos os sistemas de órgãos, que formam a nossa máquina"⁽⁸⁾.

Devido a essas características, no caso de ser acometida por alguma moléstia, a mulher não era tratada com o mesmo remédio dado ao homem, ainda que a moléstia parecesse idêntica em ambos. Assim, além de padecer de todas as enfermidades a que estava sujeito o masculino, o elemento feminino tinha as que lhe eram próprias.

Esse fato pode parecer paradoxal ao se pensar que, anatomicamente, homem e mulher eram considerados iguais. Na verdade, as diferenças ultrapassavam a questão objetiva da anatomia, ligavam-se ao "temperamento", que era visto como diverso entre homem e mulher. Enquanto aquele era quente e seco, esta era fria e úmida: "Chamaremos temperamento a uma certa disposição orgânica particular a cada indivíduo, a qual resulta das propriedades, e ações recíprocas dos sólidos, e dos fluidos, e que torna o corpo capaz de exercitar suas diferentes funções com maior, ou menor facilidade"⁽⁸⁾.

O autor fala, também, da maior longevidade da mulher, em relação ao homem. Atribui tal característica ao "sistema arterioso", que, ao ter ação estimulante menor que a do linfático, não consome a vida tão rapidamente. A obliteração do sistema linfático - que predomina na mulher - é mais tardia, conservando, assim, por mais tempo, a faculdade nutritiva.

Corpo como santuário do estranho

O corpo da mulher era considerado um santuário do estranho, na feliz expressão de Del Priore, pois "ao mesmo tempo capaz de atrair e seduzir os homens, ela os repelia através de seu ciclo menstrual, seus cheiros, secreções, sucos e as expulsões do parto"⁽⁹⁾. A ciência da época não conseguia explicar de modo adequado esses fenômenos: menstruar, gerar, dar à luz e amamentar.

Havia preconceito, por exemplo, contra o sangue proveniente do útero: era o "sangue mais infecto, rubro e nauseabundo que havia no corpo"⁽⁹⁾. Em sua ausência, porém, era preci-

so fazer sangrias na mulher, para que o mal não lhe subisse à cabeça, levando-a à loucura.

Percebia-se, na época, que o corpo feminino vivia sob o domínio da madre. A partir da primeira menstruação, o útero tornava-se um centro de sensibilidade, passava a influenciar toda a organização do corpo, que ficava sob o seu estrito arbítrio: "não só os diferentes sistemas lhe obedecem, mas, também, lhe são subordinadas as afecções do espírito"⁽⁸⁾.

O útero era considerado o locus originário da afecção histerica, que possuía um conjunto de sintomas considerados provenientes de um ácido, localizado na região abdominal, que conturbava e desconcertava o espírito feminino. O sangue menstrual e outros humores, se retidos, fermentavam no útero ou nas partes genitais e desprendiam vapores malignos, causando a histeria. Guadalupe admitia essa possibilidade, mas lhe acrescentava outra: "consentimos que os sintomas históricos pertencem universalmente à ordem convulsiva"⁽¹⁰⁾.

Os sinais da histeria eram os mais variados: iam da simples inquietação sem causa definida até a privação de sentidos e de movimentos, passando por rugidos estranhos no abdômen. O prognóstico, por sua vez, dependia dos sintomas. De qualquer modo, era sempre encarado como séria afecção nas grávidas, podendo levar ao aborto. O tratamento era realizado mediante a utilização de tinturas, emplastros, perfumes e sangrias, tendo por finalidade "remediar a atual invasão e evitar novas invasões"⁽¹⁰⁾.

Sabia-se, naquela época, que a menstruação tinha periodicidade mensal e duração de 3 a 8 dias; porém, ignorava-se a razão do fato. Para Guadalupe, a duração da menstruação estaria relacionada não à força da constituição, mas à debilidade resultante da falta de exercício e da inadequação alimentar, o que faria prolongar o fluxo. As mulheres fortes, segundo ele, não menstruavam mais de 3 dias e o faziam em pequena quantidade. Tinha-se conhecimento de que o sangue excretado na menstruação era o mesmo que circulava pelos vasos sanguíneos. Considerava-se que a menstruação corria do útero pelos vasos capilares da sua membrana mucosa, atraídos por uma viva irritação. A primeira menstruação ocorreria em função do clima: era retardada pelo frio e acelerada pelo calor. Dessa forma, a idade da menarca variava segundo as zonas climáticas: 9 anos na tórrida; 12 a 15 anos na temperada; e 15 a 18 anos na fria.

Segundo Franco, para evitar desordens menstruais, era necessário que a mulher tivesse constituição regular e se alimentasse suficientemente; e, na mocidade, vivesse ao ar livre e fizesse exercícios com regularidade. Em geral, as camponesas que viviam nas referidas condições não tinham problemas relativos à menstruação. Já as mulheres que viviam na cidade seriam acometidas pela histeria; muitas vezes, durante a vida toda. Além desse problema, seriam também acometidas por fastio, langor calórico e perda absoluta de cor. Nestes casos, os remédios farmacêuticos de nada serviam: era necessário mudar de vida. Que ela fosse para o campo, onde poderia respirar um ar vivificador, fazer exercício, tomar água férrea e observar dieta escolhida e nutritiva.

Quanto à prevenção das desordens menstruais, iniciava-se com a educação das filhas, antes da primeira menstruação. Para tanto, não se deveria obrigá-las a estar assentadas o dia todo; ao contrário, deixá-las correr e saltar ao ar livre. Após a primeira menstruação, para evitar que fosse suprimida ou se tornasse desordenada, seria necessário usar alimentos saudáveis e de fácil digestão. Dever-se-ia, também, manter resguardo de vento frio e úmido. Seriam, ainda, causa de supressão da menstruação "as paixões debilitantes como o susto, o medo, a mortificação de qualquer qualidade que fosse"⁽⁸⁾. Cumpria à mulher, portanto, fugir, nessa ocasião crítica, de tudo o que fosse capaz de perturbar a tranqüilidade do seu espírito. É interessante notar a permanência de tais idéias até o século atual.

A menstruação poderia desordenar-se, suprimir-se, ser excessiva, ou, até mesmo, desviar-se de seu caminho, indo buscar outras vias, como o bofe (pulmão) e o estômago. Em qualquer dos casos, constituía moléstia séria, a ser tratada não com remédios, mas com mudança de comportamento.

Sobre o climatério, o autor diz que, em geral, entre os 40 e os 50 anos, cessa a menstruação. Seria a época mais crítica para as mulheres, pois a ação vital do útero se dirigiria para outros órgãos, que, muitas vezes, não têm força suficiente para reagir, ficando expostos a muitas e graves desordens, o que poderia, até mesmo, pôr termo à vida. Porém, as mulheres que fossem bem sucedidas ao passar por essa crise, equilibrando no organismo a ação vital, passariam a ter melhor saúde do que antes.

Para consegui-lo, era necessário que elas tivessem vivido com regularidade, observando, em todas as situações, as regras da prudência. Estas consistiam em fazer exercícios físicos compatíveis com a sua situação, o que não significava, no entanto, andar sempre na rua, como os homens eram obrigados a fazer, pois as boas e verdadeiras mães de família tinham muito com que lidar e cuidar, das portas da casa para dentro. O costume geral, porém, era dispensá-las das obrigações durante o mencionado período, passando-as a outras pessoas, que, às vezes, nada tinham a ver com a boa ordem da família.

Uma vantagem adicional de a mulher se dedicar ao desempenho dos seus deveres seria que tudo marcharia em ordem: as horas de comer seriam regulares, os alimentos seriam saudáveis, e não se trocariam as noites pelos dias.

"Desta ordem provém a paz, e harmonia entre os chefes de família; entre estes e os seus filhos; entre os mesmos filhos; e finalmente entre todos eles, e os seus familiares: dela resultarão os bons costumes; e tudo junto faz o fundamento da vida longa, e sadia, isto é, da possível felicidade sobre a terra"⁽⁸⁾

Nota-se que tal concepção inspira um papel tradicional, até hoje desempenhado por muitas mães de família: o de apaziguadora de conflitos entre os membros do grupo familiar.

Corpo reprodutivo

No período analisado, o corpo feminino tinha por finalidade central a reprodução. A mulher era valorizada pelo fato de ser mãe, característica exclusiva sua. Portanto, não deveria sentir prazer, e sua sexualidade deveria ser inibida. Se, porém, durante a relação sexual, tivesse gozo ou fantasias eróticas, seria castigada por Deus, mediante o nascimento de verdadeiros monstros - crianças com duas cabeças, corpo defeituoso, faltando alguma parte do corpo - ou gêmeos com os abdomens colados. Também sofreriam tal castigo as que tivessem relação sexual em "dias impróprios": dias santos, período da Quaresma, da amamentação, da quarentena pós-parto.

Ademais, a procriação servia para limpar toda a sujeira advinda da relação sexual. "Ao valorizar a procriação, a Igreja mais uma vez consagrava a maternidade como função nobre, cabendo à mulher, pela gestação dos filhos, limpar a sujeira do coito"⁽⁹⁾. Apagava-se, desse modo, o fervor do prazer que pudesse haver ocorrido durante a relação sexual. "Ela deveria apagar todas as marcas da carnalidade e animalidade do ato pela imediata concepção"⁽⁹⁾. Assim, o ato sexual tinha por única função a reprodução. Compreende-se, pois, que "toda a atividade sexual extraconjugal e com outro fim que não a procriação era condenada"⁽⁹⁾.

Segundo a autora, o prazer estava associado exclusivamente à ejaculação; portanto:

"Era 'permitido' aos maridos prolongarem o coito com carícias, recorrendo até a masturbação da parceira, a fim de que ela 'emitisse a semente', justificando assim a finalidade do ato sexual. Acreditava-se que, embora a semente feminina não fosse necessária à concepção dos filhos, ela os fazia mais bonitos"⁽⁹⁾.

A gestação era uma grande dádiva de Deus, e a falta da mãe constituía uma enfermidade que "possuía um enorme peso moral e social". Então, o corpo da mulher não serviria para nada, pois o que a tornava importante e lhe dava poder sobre o homem não estaria presente - o fato de ser mãe. "Ser 'mãe' passou a significar 'ser casada', 'ser boa esposa', 'humilde, obediente e devotada'. A transformação da mulher que vivia em 'tratos ilícitos' em 'mãe ideal' fazia-se por um eficaz adestramento digerido no cotidiano e consolidado no correr do tempo"⁽⁹⁾.

No ato de ser mãe centrava-se o uso do corpo para sua função precípua - reproduzir. O parto era cercado de todo um aparato, de muita dor e, certamente, de violência. Muitas vezes, era um ato coletivo: várias mulheres participavam, ajudando das formas mais variadas, e entravam elementos mágicos, médicos e religiosos.

Quando dificultado pela posição da criança no útero, tornava-se doloroso, complicado, demorado, exigindo manobras em geral acompanhadas de violência. Nesses casos, eram invocados pelas parturientes e parteiras os nomes de Nossa Senhora do Ó, do Bom Parto e da Boa Hora, para que ajudassem naquela situação difícil. Outra preocupação fundamental era a

expulsão de todo o sangue que estava no útero, para que a mulher não sofresse de nenhum mal posterior.

Quando o parto era bem sucedido, a criança era tomada nos braços e logo alimentada. O leite era considerado o principal e mais completo alimento. A mãe que não conseguia produzi-lo (ou que não quisesse dá-lo ao filho) passava essa função para a ama de leite, que deixava de amamentar seu próprio filho para alimentar o de outra. Devido à importância de sua função, a também chamada ama seca deveria ser bem alimentada, não ter desgosto nem relações sexuais, para manter a boa qualidade do leite. Acreditava-se que ele era o sangue da mãe cozido pelo calor do seu coração, prova maior de seu amor para com o filho. A mãe que, por ventura, não pudesse ou não quisesse realizar tão bonita função teria sido castigada por Deus e, em conseqüência, deveria sê-lo, também, por seus semelhantes. Apesar da utilização da ama de leite, hábito muito difundido, a crença vigente indicava que as crianças amamentadas pelas próprias mães se saíam melhor nos costumes:

"Não faltam doutores, que sentem terem as mães obrigação de preceito, criar os filhos que geram a seus peitos, porque a mesma obrigação que têm os pais de alimentar os filhos com o suor do rosto têm as mães de os alimentar com o leite do peito e como a obrigação dos pais é grave, assim o é também a das mães"⁽¹¹⁾.

A mãe tinha, pois, obrigação de amamentar o filho no peito. Deixar de fazê-lo sem motivo que fosse considerado justo era pecado venial. Impiedosa a mãe que criava o filho no ventre, com seu sangue, e se recusava a criá-lo no peito, com seu leite:

"Navarino diz que por isso dera a natureza à mulher duas tetas, para que se acaso do mesmo parto acontecesse parir dois filhos, tivesse com que alimentar a ambos"⁽¹¹⁾.

O autor tenta mostrar, ademais, que o dar o peito ao filho ultrapassa a obrigação e aponta seis razões importantes para que a mãe o faça. Primeira: o leite materno é mais saudável que qualquer outro: é o mesmo sangue com que a criança alimentou-se no ventre. Segunda: o leite materno é remédio para qualquer doença da criança - "bastava muitas vezes meter-lhe o peito na boca para sarar"⁽¹¹⁾. Terceira: porque quem amamentava comunicava, por meio do leite, suas inclinações. Ele interroga, advertindo: "Se vós entregais vosso filho a uma mulher de maus costumes e piores inclinações para o criar com seu leite, como esperais que saia o vosso filho?"⁽¹¹⁾. Quarta: não amamentar o filho é impiedade contra a ordem da natureza - "Havendo uma mãe gerado um filho com sua substância e o sustentado nove meses no ventre com seu sangue, havendo lhe dado a natureza para esse fim o leite nos peitos, ela se despreze de lhe dar a mamar ou por melindre se escuse de o criar"⁽¹¹⁾. Quinta: em geral, as mães amavam mais aos filhos que amamentavam. Sexta: ao amamentar o filho, a mãe ganharia melhor o seu amor, e ele seria mais amante e obediente.

Corpo santo

Como é sobejamente conhecido, no período analisado, a Igreja controlava o cotidiano das pessoas, para que vivessem conforme seus preceitos, sobretudo o gênero feminino, que era, também, vigiado pelos olhos da família e do marido. Era importante adestrar a mulher para garantir o adestramento de toda a sua descendência:

"A Igreja sabia que a mãe representava o elo de transmissão de normas e valores ancestrais, como também que o isolamento da faina doméstica permitia a gestação de elementos culturais peculiares. Introduzir no mais recôndito do lar, do fogo doméstico, o modelo da boa-e-santa-mãe tinha por objetivo valorizar o matrimônio, e a Igreja acenava com a idéia reconfortante de estabilidade conjugal ..."⁽⁹⁾.

Um eficaz meio de controle do comportamento feminino era, sem dúvida, a imposição da submissão e da obediência da esposa ao marido. A religião, por sua vez, era uma forma efetiva de exercer tal controle: "Deve o marido, como cabeça que é da mulher, cuidar que esta cumpra os encargos da profissão cristã; que guarde promessa feita a Deus no batismo, de renunciar às pompas do mundo"⁽⁹⁾.

O adestramento das mulheres mostrava-se imprescindível. Como "santa-mãezinha", ela transmitiria às filhas a obediência e submissão no casamento; essas, por sua vez, passariam tais valores às gerações seguintes, perpetuando-os. A mulher "santa" resultou, assim, da interferência da Igreja e do Estado, ao perceberem sua influência na família e na sociedade. Como essa influência poderia ser tanto salutar quanto perniciosa, era necessário fazer da mulher uma aliada, tornando-a "santa" por meio do matrimônio e, em especial, da maternidade: "Confinada à casa, delimitada pela privacidade doméstica, a mulher no papel de santa-mãezinha poderia fazer todo o trabalho de base para o estabelecimento do edifício familiar, para a reprodução dos ideais tridentinos e para a procriação de brasileiros"⁽⁹⁾.

Ser mãe significava, portanto, casar-se, ser esposa devota, obediente, humilde, cuidar da educação dos filhos com esmero e, principalmente, fazer com que as meninas fossem criadas segundo o mesmo espírito de devoção, tornando-se, também, no futuro, "santas-mãezinhas".

Contudo, nem todas as mulheres seguiam essa determinação: "A mulher luxuriosa, sem qualidades e devassa, opunha-se à santa-mãezinha"⁽⁹⁾. Tinha comportamentos que não eram condizentes com a devoção marial: rejeitava filhos indesejados, provocava abortos, tinha relações extraconjugais, recusava-se a amamentar os filhos, era celibatária ou mãe solteira, criava seus filhos só. Tal mulher dava origem, assim, a algo que ia contra todos os valores da época, embora tenha sido muito frequente: a família matrifocal.

A contenção e a coerção do corpo feminino com o objetivo de chegar ao ideal de "santa-mãezinha" tinha início cedo, logo no nascimento. Gusman indica o caminho dessa santificação

ao recomendar especial cuidado na criação das meninas: "Se devia tratar as meninas de casa como as meninas dos olhos"⁽¹¹⁾. Guarda, recolhimento, vigilância e cuidado eram advertências feitas não só para os pais, mas para todos ao redor da menina, devido à, aparentemente, enorme dificuldade de fazê-lo: "Sam loam Chrysostomo diz, que toda a família da casa, pai, mãe, ama, eunucos e criados se deve ocupar na guarda das meninas, porque toda guarda de casa não basta para guardar uma só"⁽¹¹⁾. Ou seja, a repressão é sempre, tarefa árdua.

O recolhimento que deveriam guardar os pais com as meninas consistia em "não consentindo que saiam a rua depois de desmamadas, a folgar com os meninos, nem lhes permitindo depois de crescidas visitas escusadas"⁽¹¹⁾. O autor diz quão próprio era o recolhimento para as meninas e lembra que, em hebreu, recolhida significa o mesmo que menina. Diz, ainda, que, quando houvesse visita de varões à casa, as mocinhas deveriam ser escondidas:

"O que se há de entender, ainda que as visitas sejam de parentes muito chegados; porque assim como às meninas dos olhos não só são nocivas as cataratas de fora e exteriores, mas ainda os humores de dentro, que caem do interior do cérebro, assim às meninas de casa não só fazem mal os encontros de fora, mas não poucas vezes os de dentro de casa"⁽¹¹⁾.

Tais como as meninas dos olhos, as meninas de casa eram sensíveis e delicadas, portanto precisavam ser criadas "desde logo no amor da pureza, na simplicidade da vida e na ternura de devoção"⁽¹¹⁾. Os pais tinham, pois, para com as filhas, os seguintes deveres: a) incliná-las ao amor da pureza virginal; b) afastá-las da familiaridade de todo homem que não fosse irmão; c) afastá-las das criadas e amigas pouco honestas; d) incliná-las, desde cedo, ao louvor, ao rosário, à lição espiritual e à devoção à Virgem Maria.

A inspiração na Virgem Maria ajudava no adestramento da jovem para o papel de esposa e mãe: "ser-esposa-piedosa-e-santa-mãezinha"⁽⁹⁾. A devoção mariolátrica, desde a mais tenra idade, reforçava a submissão e a obediência femininas, o que possibilitava maior estabilidade conjugal e, ao mesmo tempo, acentuava o caráter puramente reprodutor da relação sexual: desde cedo, a menina tinha seu corpo subjugado, privado de erotização e de prazer.

A par de todo o recolhimento que aconselha para as meninas, Gusman diz ser conveniente que elas - da mesma forma que os meninos - aprendam as artes liberais ou, pelo menos, a ler e escrever. Cita vários exemplos de mulheres que foram insígnias nas letras e conclui dizendo que aquelas que "se criam para a religião devem aprender alguns princípios de latim (...)"⁽¹¹⁾.

Corpo aparência

Em termos de aparência corporal, enfoca-se a maneira como a mulher se apresenta: roupas, penteado, cuidados com o rosto e o corpo. Por meio da aparência, ela se mostraria pelos artifícios usados - roupas, cosméticos - e marcaria presença

pelos seus dotes físicos - peso, altura, beleza. A aparência constituía um valor, um capital que precisaria ser bem gerido: assim, era vista como patrimônio familiar, que rendia dividendos por meio do casamento.

Em tal cenário, a mulher não tinha muita opção para se vestir: se usasse decotes e pinturas extravagantes, seria considerada sem pudor. A maneira de se vestir era, pois, essencial para determinar seu caráter.

O cuidado com a aparência do corpo feminino começava cedo. Ao criar as filhas, segundo Gusman, os pais não lhes deveriam permitir vaidades: "com que algumas se criam de branquear os rostos, e rubricar as faces com couzas supostas, nem de enfeites demasiados, mas que andem honestas e com os peitos cobertos (...)"⁽¹¹⁾.

Como foi visto no início deste texto, não era considerada sequer a hipótese da especificidade da anatomia do corpo feminino, tampouco havia termos que a explicassem. O gênero feminino era designado por expressões como "machos imperfeitos" ou "úteros ambulantes"⁽¹²⁾. Tais denominações pejorativas, de algum modo, serviam para identificar a mulher e dão uma idéia da imagem que dela se fazia.

O movimento do corpo feminino e a aparência da mulher constituíam reflexos de seu comportamento, que tanto podia indicar beleza divina, oriunda da inspiração e imagem da Virgem Maria (mulher "santa-mãezinha"), quanto face obscura do diabo, a serviço de Satanás, pelas tentações lascivas que provocava, seja tentando os homens, seja sendo tentada pelo demônio e com ele copulando. Era essencial que esses dois tipos de mulher não fossem confundidos: "As galas, os enfeites, a chamada 'mulheril vaidade' corriam o risco de confundir a bem-casada com a que fazia comércio dos seus atributos físicos"⁽⁹⁾. Se inserida no ideal de beleza santificada, a mulher se vestia de modo pudico, usando vestidos volumosos, que cobriam todo o corpo, até os pés. Já a pecadora podia livrar-se de tamanho incômodo com maior facilidade.

Corpo patrimônio da família

A mulher nascida de um casamento legítimo estaria sempre associada a um homem, em uma relação de dependência e obediência, que se dava, inicialmente, com o pai e, depois, com o marido. O progenitor a mantinha até que conseguisse negociar um bom casamento. Então, era transferida para o marido a responsabilidade de zelar por ela. Assim, pode-se dizer que, na verdade, seu corpo, se bem guardado, constituía um patrimônio da família, pois renderia um bom negócio, por meio de um adequado casamento.

É preciso ressaltar que esse "contrato de negócio" vigorava nas classes média e alta, porém não nas camadas populares. Nestas, as mulheres tinham que trabalhar para promover o próprio sustento e o dos filhos, sem, no entanto, conquistar sua independência: prestavam obediência a quem lhes proporcionasse um teto. É importante lembrar que mulher independente era sinônimo de devassa.

Sobre as mulheres que rendiam bons negócios, Hufton⁽¹³⁾ diz o seguinte:

"Os contratos de casamento dos filhos eram considerados como 'os negócios mais importantes' que uma família tinha de resolver. Uma filha levava da sua família dinheiro e recursos que tinham de comprar o seu bem-estar futuro e, idealmente, através da nova aliança, elevar a posição social dos seus parentes. A dependência de uma mulher era uma questão minuciosamente negociada"⁽¹³⁾

Considerações Finais

Como se discute ao longo deste texto, o Brasil colonial herdou das tradições portuguesas, em convivência com a Igreja Católica, a Justiça e a Medicina, um discurso moralizador sobre o corpo da mulher. Tal discurso, bem como a pretensão de conter o corpo feminino, teve como fim precípua tornar a família o centro irradiador da moral prescrita pela Igreja.

Porém, principalmente devido às difíceis condições materiais reinantes na nova terra, não foi tão simples a empreitada de impor o ideal de moralidade pretendido. A realidade era um chamamento mais forte, que gerava práticas fora das normas canônicas e indicadoras de resistência, ainda que silenciosa, à subjugação imposta ao corpo feminino pelo Estado, pela Igreja e pela Medicina.

No período colonial, portanto, o gênero feminino, com seu misterioso corpo, era centro de especulações e curiosidade sobre os fenômenos que nele ocorriam. Sendo, porém, coberto de pudor, era preciso, primeiro, conquistar a "fechada intimidade feminina". A mulher era, para as três instituições referidas, um mistério profundo, e seu corpo era o depositário do diferente. Por ser diferente, era ameaçadora; conseqüentemente, precisava ser adestrada. Era, então, valorizada apenas pela capacidade de ser mãe, e sua imagem idealizada era a de "santa-mãezinha". Assim, tornava-se mais fácil adestrá-la conforme as normas impostas. Ela deveria ser obediente e submissa ao marido, criar os filhos e ensinar-lhes as normas da boa conduta e a fé cristã. Como membro da sociedade, deveria ser dócil, subalterna e ter sempre um protetor viril que a guardasse.

O corpo da mulher era, assim, apenas o guardião da prole, tanto no que concerne à procriação quanto no que respeita à educação. Considerava-se que contribuía para a formação de um novo ser, abrigando-o. Deveria participar das relações sexuais como algo destituído de sentimentos, de capacidade de sentir prazer, vendo inibida sua sexualidade a todo o momento e de diferentes maneiras.

Além da função maternal, o corpo da mulher era um bem, um negócio a ser combinado entre o pai e o marido. O casamento era visto como um investimento importante, pois propiciava aumento de patrimônio entre as famílias que se uniam.

O tratamento que a mulher dava ao corpo era socialmente percebido como aquilo que influenciava seu caráter. A mulher pudorosa não deveria despertar desejo nos homens, por meio de decotes abusados ou cuidados com o rosto que denotassem extravagância.

Assim, vigiado pelos olhos atentos de tantos protetores - Estado, Igreja, homens e sociedade -, o corpo da mulher não possuía outra tarefa senão a de preencher ordenadamente os vazios demográficos da colônia.

Summary

This paper is based on the analysis of rare works related to the colonial period which are found at the National Library of Rio de Janeiro, and on contemporary literature that reports women's daily life, health and life conditions. The information obtained allows us to describe different knowledge, beliefs and practices related to the woman's body at that time. The study shows that women, due to their reproductive condition, experienced menstruation, procreation, delivery and breast-feeding. Therefore, we may say that Brazil, during the colonial period, inherited from the Portuguese tradition, as well as from the Catholic Church, State and Medicine, a moralizing speech about the woman's body. Under such watchful eyes of so many protectors - State, Church, men and society - the only task left to the woman's body was to neatly fill in the colony's demographic gaps.

Key-words: History of nursing, Women's health, Human body

Resumen

Este estudio se basa en el análisis de obras poco comunes, referentes al período colonial, que se encuentran en la Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro, y de la literatura contemporánea que trata del día a día de la mujer, sus condiciones de vida y de salud. Las informaciones obtenidas permiten describir saberes, creencias y prácticas relacionados con el cuerpo femenino. El análisis indica que la mujer, debido a su condición de reproductora, vivía las experiencias de tener la menstruación, engendrar, dar a luz y amamantar. En fin, se puede decir que el Brasil colonial heredó de las tradiciones portuguesas, de común acuerdo con la Iglesia Católica, el Estado y la Medicina, un discurso moralizador sobre el cuerpo de la mujer. Vigilado por los ojos atentos de tantos protectores - Estado, Iglesia, hombres y sociedad - el cuerpo de la mujer no tenía otra tarea más que llenar ordenadamente los vacíos demográficos de la colonia.

Unitermos: Historia de la enfermaria, Salud de las mujeres, cuerpo humano

Referências Bibliográficas

- 1 - Chagas C. O desenvolvimento científico do Renascimento. In: Franco AAM. O Renascimento. Rio de Janeiro: Agir; 1978: 79-103.
- 2 - Berriot-Salvadore E. Un corps, un destin: la femme dans la médecine de la Renaissance. Paris: Champion; 1993.
- 3 - Holanda SB. A época colonial. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro; 1968. Tomo I (2).

- 4 - Herson B. Cristãos novos e seus descendentes na medicina brasileira. São Paulo: EDUSP; 1996.
- 5 - Basto AM. Moralidade e costumes portuenses no século XVI. Porto: Imprensa Portuguesa; 1925.
- 6 - Franco FM. Medicina teológica. São Paulo: Giordano; 1994.
- 7 - Mello FM. Carta de guia de cazados. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo; 1765.
- 8 - Franco FM. Elementos de hygiene; ou dictames theoreticos e practicos para conservar a saude, e prolongar a vida. Lisboa: Typographia da Academia; 1814.
- 9 - Del Priore M. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio; 1995.
- 10- Guadalupe FSD. Medicina practica de Guadalupe. Madrid: Oficina de Joachim Ibarra; 1756.
- 11- Gusman A. Arte de crear bem os filhos na idade da puerícia. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes; 1685.
- 12- Grieco S. O corpo, aparência e sexualidade. In: Davis NZ. *et al.* História das mulheres: do Renascimento à Idade Moderna. São Paulo: EBRADIL; 1991: 71-119.
- 13- Hufton O. Mulheres, trabalho e família. In: Davis NZ. *et al.* História das mulheres: do Renascimento à Idade Moderna. São Paulo: EBRADIL; 1991: 23-69.